



ATA N.º 13/2019

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2019  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 25 DE NOVEMBRO DE 2019

-----No dia 25 de novembro de 2019, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de novembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- Ponto 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- Ponto 2 - *Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2020;*
- Ponto 3 - *Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Privado;*
- Ponto 4 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a apoios para a época desportiva 2019/2020 - Programa de Apoio ao Desporto (PAD);*
- Ponto 5 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para a concessão de uso privativo do domínio público no Município de Lagos para instalação de mobiliário urbano e sua exploração publicitária.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 47 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)



Fl. 138v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO MEMBRO</b>
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>	<b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	Sessão	Cristina Luísa Dias Marreiros

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	SESSÃO
CDS	Artur José Gomes Rêgo	Extraordinária de outubro/2019

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador

-----ATA DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a leitura, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 13/2016 da Sessão Extraordinária de outubro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 17 de outubro de 2016.-----

----**DELIBERAÇÃO N.º 133/AM/2019:**

-----Aprovada, por unanimidade, a Ata n.º 13/2016 da Sessão Extraordinária de outubro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 17 de outubro de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Sessão a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista



Fl. 139v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

-----Ata n.º 14/2016 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de novembro de 2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 134/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 14/2016 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de novembro de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME/CARGO DO MEMBRO</b>
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro



PAN	Margarida Maurício Correia
-----	----------------------------

-----Ata n.º 15/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de novembro de 2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 135/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 15/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de novembro de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:**

-----O Município, Sr. Jorge Fausto, mostrou a sua indignidade pelo facto de ter sido operado há quatro anos a um olho, necessitar de ser intervencionado no outro e passado este tempo ainda o Hospital do Barlavento não o ter chamado para realizar tal intervenção cirúrgica. Terminou dizendo que a falta da cirurgia em causa, o pode levar à cegueira.-----

-----O Municípes, Sr. António Santos, começou por se solidarizar com o Sr. Jorge Fausto. Afirmou que os políticos que comandavam a cidade de Lagos são medíocres. Opinou sobre a partidarização que o PS e o PSD, de Lagos, querem fazer nos Bombeiros Voluntários de Lagos, bem como de outras Associações do Concelho. Disse que a Janela Manuelina necessita de ser alvo de uma intervenção de



Fl. 140v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

limpeza.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 313/2019 a 379/2019, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 319/2019 a 402/2019, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU: “Na passada quinta-feira, dia 21 do corrente mês de Novembro, faleceu com 84 anos de idade, o lacobrigense José Alexandre Rosa, que foi, durante décadas, conhecido e respeitado pela sua integridade e qualidades pessoais, seja como professor de trabalhos manuais em Estremoz e, no Concelho de Lagos, como fotógrafo nos primeiros tempos e após o 25 de Abril de 1974 como comerciante proprietário da papelaria e livraria Palínova. Cidadão de formação e prática de sólidos princípios democráticos, José Alexandre Rosa foi membro eleito na Assembleia Municipal de Lagos nos mandatos de 1980/1982, 1983/1985, 1990/1993, 1994/1997 e 1998/2001. Foi membro da Assembleia de Freguesia de S. Sebastião no mandato de 2001/2005 e exerceu o cargo de vereador eleito na Câmara Municipal de Lagos no mandato de 1986/1989. José Rosa, pautou sempre a sua atividade nestes cargos do Poder Local, por um intransigente respeito pelo cumprimento ético dos princípios democráticos no funcionamento destes Órgãos, assim como pela defesa dos interesses do nosso Concelho e da sua população, enquanto dirigia uma permanente atenção para os mais relevantes acontecimentos no País e no Mundo. Foi neste sentido que José Rosa apresentou na Assembleia Municipal, na qualidade de eleito como independente nas listas da CDU, fundamentadas propostas, que foram aprovadas, sobre os mais variados assuntos, das quais extraímos, pelo seu profundo significado político, dois extratos das considerações em que se baseavam: “... O Povo do Concelho de Lagos não está indiferente e em seu nome, que representamos como eleitos democraticamente, vimos juntar a nossa voz, no encerramento da Semana da ONU consagrada ao Desarmamento e nos dias em que, em Lisboa, pela primeira vez se reúne a Presidência do Conselho Mundial da Paz e tem lugar a reunião da Comissão Internacional Preparatória da Assembleia Mundial pela Paz e a Vida. E neste dia renovamos a expressão da nossa ambição de que seja construído em Lagos o Monumento à Paz, simbolizando a maior aspiração do nosso Povo.” e doutra proposta, retiramos: “... Na prossecução dos interesses próprios das populações do Concelho, deliberou (a Assembleia Municipal de Lagos) não permitir a instalação, o estacionamento e o trânsito nucleares, na terra ou no mar, na área do seu território administrativo.” Como vereador, foi de José Rosa, em 1986, a ideia, a proposta e a



organização, para que a Câmara Municipal de Lagos promovesse anualmente a Feira Arte Doce, que cumpriu este ano a sua 32ª edição, sempre com assinalável sucesso como referência nas expressões da doçaria tradicional algarvia. Perante este cidadão que soube cumprir o seu papel na sociedade, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de Novembro de 2019, delibere: 1 - Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do lacobrigense José Alexandre Rosa, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória; 2 - Dar conhecimento desta deliberação à família e, em particular, à sua mulher, Lurdes Rosa, companheira de uma vida, e ao seu filho, José Alexandre.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante a apresentação do documento, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	21.03

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 136/AM/2019:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória do Sr. José Rosa.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN: “A Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, determina que: "quem, tendo o dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia, o abandonar pondo desse modo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias". É de considerar: - Que os compromissos e os laços afetivos relativos à ligação animal de companhia e detentor/proprietário/dono são fortes. - Que a suscetibilidade de acontecer sofrimento psicológico e físico a pessoas e a animais de companhia, nomeadamente cães e gatos, é relativamente semelhante. São observáveis sintomas que exteriorizam esse sofrimento. - Tais sintomas impressionam e preocupam um detentor responsável, que deve decidir procurar rapidamente apoio médico-veterinário, antes que a situação se agrave. - A sua decisão será facilitada pela certeza de que a sua breve ausência justificada ao serviço não lhe acarretará prejuízo no vencimento salarial (ou, talvez, somente um prejuízo parcial). - A entidade empregadora demonstra sensibilidade e respeito pelo bem-estar do animal dependente da/o funcionária/o e facilita isso. - No caso contrário, pode estar-se perante um dilema, que pode atrasar o tratamento ao animal enfermo e, nesse caso, provocará preocupação e má consciência ao dono. - No cumprimento da legislação, o/a detentor/a, de um animal é obrigado/a a faltar ao trabalho para lhe prestar assistência, no entanto as faltas não são justificadas, nem os dias remunerados



Fl. 141v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

porque ainda não está previsto na lei em vigor. - A Câmara Municipal de Lagos com a autorização de justificação das faltas, seria pioneira nesta matéria e estaria a proporcionar aos seus funcionários para além de bem-estar, o cumprimento da lei em vigor. O Grupo Municipal PAN - Pessoas Animais Natureza, propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de novembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: - que seja estudada a possibilidade de ser considerada falta justificada ao funcionário/a quando é imperativo prestar assistência a animal de companhia. Mais delibera ainda enviar a presente deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS não via nenhuma razão para que fosse aberta uma exceção para os trabalhadores da Câmara Municipal, até porque não existia fundamentação legal para o efeito constante na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN. Anunciou o voto contra do Grupo Municipal do PS na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN.-----

-----A Sra. Margarida Maurício (PAN) disse que a Lei diz que os donos dos animais são obrigados a prestar assistência aos seus animais de estimação, pelo que seria de todo interessante que as faltas a serem dadas por funcionários da autarquia por motivo de assistência ao seu animal de companhia, pudessem ser justificadas convenientemente e não através de um dia de falta a descontar nas férias ou através de um atestado médico, passado à pessoa que não está doente.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a intervenção da Sra. Margarida Maurício não tinha alterado a posição do Grupo Municipal do PS.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	LCF	PSD	CDU	CDS	BE	PAN	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	3	0	0	0	1	0	<b>4</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	15	0	2	2	1	0	0	<b>20</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 137/AM/2019:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “O CDS votou contra não porque seja contra os animais de companhia, não porque não reconheça a importância dos animais de companhia, não porque não reconheça a obrigação de quem os tem ter que zelar por eles e de bem tratar deles, mas porque antes da responsabilidade social que o PAN está a pedir com esta Moção, que é do todo pague o custo da parte, há a responsabilidade individual. É o somatório das responsabilidades individuais que cria depois a responsabilidade coletiva, Sra. Deputada. E disto isto gostaria também de lhe dizer que aceitar esta proposta para além do mais, é desresponsabilizar as pessoas de não as levar a refletir antes de decidir ter um animal de companhia, se têm, ou não, condições para o ter, se estão dispostas a assumir os sacrifícios que implica ter um animal de companhia e de bem





dele cuidar e tratar, nomeadamente sofrer as consequências de faltas ao serviço e penalizações que possam ter para tratar deles, isso é uma coisa que as pessoas devem pensar antes de ter os animais e a introduzir mais um fator de discriminação, mais um, a somar aos muitos que se têm introduzido de há anos para cá, entre os trabalhadores do sector público e dos sector privado, que não têm nenhuma das regalias que os trabalhadores do sector público já têm e não iriam ter, também, esta. Finalmente e para concluir, quanto à questão da perna partida, Sra. Deputada, isto era o primeiro passo, pegando no exemplo que deu, era o primeiro passo para a seguir o PAN, ou qualquer outro Partido, de esquerda, vir aqui com uma Moção dizer que se começava a poder ter de pedir baixa para acompanhamento na doença do animal.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Nós votamos contra porque esta situação implicava a alteração à Lei do Trabalho por um lado e por outro à que ler a contratação coletiva, ou à contratação coletiva na função pública e nós consideramos que há outras prioridades para além desta situação. Portanto em primeiro lugar pomos o apoio e o acompanhamento às crianças e jovens com doenças oncológicas e muitas outras situações de familiares, portanto ponhamos como prioridade essas questões. Inclusivamente na última semana apresentamos alguns projetos de lei na Assembleia da República sobre essa situação. E portanto por considerarmos que não eram uma situação prioritária em face de tantas outras que estão, digamos, à frente, o nosso voto foi contra.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN: “O grande consumo de papel e os métodos de produção insustentáveis do mesmo englobam a lista das atividades humanas mais prejudiciais ao planeta. O papel é, basicamente, fabricado de fibras de celulose extraído de árvores com um alto teor de celulose, sendo as mais comumente utilizadas o pinheiro (tem fibras mais longas e por isso é mais resistente e apresenta um preço mais baixo) e o eucalipto (possui um crescimento muito rápido). No que respeita à produção do papel e em termos de impacto ambiental, as maiores preocupações residem no abate de árvores, na existência de “monoculturas” para a sua produção e nos resíduos gerados durante todo o processo de fabricação, sendo a diminuição da biodiversidade uma das causas de aumento da probabilidade de desequilíbrios ambientais. Estima-se que no fabrico de aproximadamente 1 tonelada de papel novo, sejam necessárias, cerca de 2 toneladas de madeira, 44 a 100 mil litros de água e de 5 a 7,6 mil kWh de energia. A produção desta mesma quantidade de papel gera, ainda, 18 kg de poluentes orgânicos deitados nos efluentes e 88 kg de resíduos sólidos. Já no processo de reciclagem, o volume de água utilizado cai para 2 mil litros e o consumo de energia cai para 2,5 mil kWh. Além disso, o uso de produtos químicos altamente tóxicos na separação e no branqueamento da celulose representa um risco para a saúde humana e para o meio ambiente – comprometendo a qualidade da água, do solo e dos alimentos. Reciclar o papel, ao invés de fabricá-lo a partir da celulose, pode levar a uma redução de consumo de energia, emissão de poluentes e do uso da água, além de redução de papel inutilizado como resíduo sólido. A reciclagem é fundamental para alcançar a



Fl. 142v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

sustentabilidade. Uma tonelada de resíduos de papel pode evitar o corte de 10 a 12 árvores e, na reciclagem, levar à poupança de matérias primas, em especial da água utilizada nos processos de produção a partir da celulose. A reciclagem do papel, além dos fatores económicos que propicia, contribui para a preservação dos recursos naturais (matéria-prima, energia e água), redução da poluição e dos resíduos sólidos urbanos gerados. Ao utilizar papel reciclado, passamos a contribuir para uma utilização dos recursos naturais de maneira mais responsável. Pode-se afirmar, sem hesitação, que a reciclagem diminui os índices de poluição da água e da atmosfera. Não esquecer, no entanto, que apesar de proporcionar todos estes benefícios, a indústria da reciclagem também consome energia e também polui, pelo que é fundamental o uso racional do papel e o consumo sustentável do mesmo. Com a diminuição da utilização do papel ou, quando necessária a sua utilização, se opte pela vertente reciclada, prosseguem-se três objetivos: - diminuição da despesa pública, tanto pela menor quantidade de papel a adquirir, quer pela diminuição da necessidade de consumíveis de impressão/cópia; - redução do impacto ambiental; - adoção de procedimentos desmaterializados, mais acessíveis e simples para os cidadãos. Assim e face ao acima exposto, o Grupo Municipal PAN - Pessoas Animais Natureza, propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de novembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1 - Adote medidas de sensibilização junto de todos os serviços municipais para a racionalização do uso de papel, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2017; 2 - Desenvolva procedimentos que permitam, sempre que possível, a não utilização de papel, substituindo este por meios digitais; 3 - Adquirir e utilize preferencial e gradualmente papel reciclado no desenvolvimento da sua atividade, quando da necessidade de uso de papel. Mais delibera ainda enviar a presente deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a Câmara Municipal já desenvolve alguns dos procedimentos referidos no documento apresentado pelo Grupo Municipal PAN, pelo que sugeriu a alteração, ou a retirada, dos pontos 1 e 2 da Recomendação. Anunciou que, caso a Recomendação não fosse alterada, o Grupo Municipal do PS votaria contra o documento apresentado pelo Grupo Municipal PAN.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por anunciar o voto a favor do Grupo Municipal da CDU no documento apresentado pelo Grupo Municipal PAN, uma vez que o que abunda não anula, havendo mais de uma década que o Grupo Municipal da CDU tinha apresentado um documento de idêntico teor. Disse que a Assembleia Municipal é o único Órgão, dos Órgãos das Autarquias Locais do Concelho de Lagos, de que tem conhecimento, que usa papel reciclado há anos. Referiu que a justificação, na altura em que a Assembleia Municipal aprovou o idêntico documento, foi de que o papel reciclado prejudicava as máquinas.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:



	PS	LCF	PSD	CDU	CDS	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	2	2	0	1	1	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 138/AM/2019:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN.-----

-----Declaração de Voto efetuado pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “O CDS absteve-se por uma simples razão. Sim, nesta recomendação não temos nenhuma dúvida quanto à recomendação relativa à racionalização do uso de papel, não há dúvida nenhuma. Já temos dúvidas quanto ao restante, e daí a nossa abstenção, da recomendação que tem a ver com o papel reciclado, porque com o PAN, muito bem, desenvolve aqui, os números todos e os custos de produção de papel, mas depois o PAN não apresenta, aliás como a quem defende essa posição nunca apresenta, os números e os custos e as implicações do tratamento químico do papel reciclado. Eu tenho muitas dúvidas que o processo químico de reciclagem de papel seja mais inócuo, ou menos nocivo do que a fabricação do papel normal, e esses números nunca são apresentados, mas eu posso lhe dizer que o processo de branqueamento e tratamento químico do papel reciclado é bem mais poluente e custoso do que o do papel normal. Por outro lado também há aqui uma inverdade que tem a ver com os recursos florestais que são afetos à produção da pasta de papel normal que é de florestas sustentáveis e cultivadas, especificamente para esse fim, portanto não tocam nas outras áreas ambientais. E o que o PAN não salienta aqui, também daí a nossa abstenção, é no que à floresta diz respeito, duas questões fundamentais, que se deve insistir no pinheiro e abandonar o eucalipto, porque tem efeitos muito mais nocivos e impactos muito mais nocivos na natureza e que se deve ser muito cuidadosos na gestão dos solos e onde se permita a plantação de florestas sustentáveis para a produção de pasta de papel.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O Hospital de Lagos desempenha um papel indispensável no suporte de saúde às populações dos Concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo em especial, mas também aos muitos milhares de visitantes das Terras do Infante. No entanto, as condicionantes à melhoria das instalações em que funciona o Hospital de Lagos, nomeadamente a sua localização, tornam imperiosa a necessidade de construção de novo Hospital, para acompanhar os níveis de qualidade dos restantes hospitais do Serviço Nacional de Saúde, de modo a proporcionar aos utentes nacionais e estrangeiros adequadas condições de conforto e qualidade de serviço e novas valências. Em 29 de junho de 2018, a Assembleia da República, considerando a justeza da pretensão de construção do novo Hospital Público de Lagos, aprovou a Resolução publicada no Diário da República de 13 de agosto de 2019, «Recomenda ao Governo a construção célere do novo Hospital de Lagos». Em respeito pela vontade manifestada pelas populações, autarquias locais e profissionais da saúde das Terras do Infante, a Assembleia Municipal de Lagos fez



Fl. 143v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

entrega na Assembleia da República da Petição Pública n.º 615/XIII/4.<sup>a</sup>, solicitando «a adoção de medidas com vista à construção do novo Hospital de Lagos», subscrita por 4.580 assinaturas recolhidas nas Terras do Infante. A Petição foi apreciada pela Comissão de Saúde da Assembleia da República, que a considerou conforme à legislação e a enviou ao Presidente da Assembleia da República, pelo que se aguarda o seu agendamento para discussão em Plenário. Considerando que o Governo não incluiu a construção do novo Hospital de Lagos no Orçamento de Estado de 2019 e considerando ainda que está em preparação o Orçamento de Estado para 2020, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 25 de novembro de 2019 delibere: 1. Exigir do Governo a inclusão no OE para 2020 de rubrica para início do processo para a construção do novo Hospital Público de Lagos. 2. Recomendar às Câmaras Municipais das Terras do Infante, às Assembleias Municipais de Aljezur e Vila do Bispo e às demais autarquias dos três Concelhos a solidariedade com esta tomada de posição. 3. Enviar esta deliberação à Assembleia da República, ao Governo, às autarquias locais das Terras do Infante e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal da CDU continua a apresentar esta Moção, e na opinião do Grupo Municipal do PS, bem, no entanto continua o Grupo Municipal do PS a discordar com a expressão “exigir”. Referiu que no geral todos concordam que deve ser reivindicada a construção de um novo Hospital público em Lagos.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 139/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A preservação e valorização do património cultural e natural é uma das competências atribuídas às autarquias locais, e a classificação desse património é um instrumento que cria uma proteção legal e fundamental para assegurar a sua preservação em termos futuros. A classificação de Arvoredo de Interesse Público tem o seguinte enquadramento legal: Lei n.º 53/2012, de 5 de Setembro - Aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público (revoga o Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938) e Portaria n.º 124/2014, de 24 de Junho - Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público, os procedimentos de instrução e de comunicação e define o modelo de funcionamento do Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público. Desta forma, poderão ser classificados de interesse público exemplares isolados de espécies vegetais ou conjuntos arbóreos, pelas suas características - idade, porte, estrutura, interesse histórico ou paisagístico, entre outras -, conferindo esta classificação ao arvoredo um estatuto semelhante ao do património construído classificado. As árvores classificadas têm um valor patrimonial elevado, tendo algumas delas ligação direta com a nossa história, cultura e memória coletiva da população. Falamos de exemplares que se podem encontrar localizados em jardins públicos, no meio urbano e em diversos locais. Conclui-se,



portanto, que as árvores classificadas constituem um património de elevado valor ecológico, paisagístico, cultural e histórico, muitas vezes desconhecido da população, pelo que importa dar a conhecer este rico património. O estatuto de classificação, através do reconhecimento oficial do seu valor, contribui também para a valorização do bem em causa aos olhos da opinião pública. Considerando, por fim, que estas medidas contribuirão para a valorização e a preservação das árvores e que serão certamente bem acolhidas por parte da população da cidade e das freguesias em que se inserem estes exemplares. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 25 de novembro de 2019 delibere, recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: 1. Proceda, em articulação com as Juntas de Freguesia, ao levantamento exaustivo de todos os exemplares de árvores ou conjuntos arbóreos que possam reunir os requisitos para que seja requerida a classificação ao ICNF. 2. Identifique todas as árvores que forem classificadas no Concelho com placas informativas contendo a espécie e outras informações relevantes. 3. Desenvolva campanhas de divulgação e sensibilização sobre o património arbóreo classificado e fomenta, junto dos cidadãos, a classificação de Árvores de Interesse Público. Mais delibera ainda: 4. Enviar a presente deliberação aos órgãos Autárquicos do concelho de Lagos e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS nada tinha a opor relativamente ao documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que seria interessante o Grupo Municipal da CDU lançar o desafio aos Agrupamentos de Escolas existentes no Concelho de Lagos no sentido de ser feito o levantamento sugerido na Recomendação, e colocar etiquetas nas árvores, uma vez que não vai ser fácil os Serviços da Câmara Municipal efetuarem tal levantamento.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) começou por anunciar o voto a favor do Grupo Municipal do CDS na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Disse que a Recomendação não fala em colocar etiquetas em todas as árvores, mas sim em fazer um levantamento das árvores mais importantes existentes no Concelho e nessas sim colocar uma etiqueta, sendo que, na opinião do Grupo Municipal do CDS esse trabalho poderá ser feito pelas Juntas de Freguesia.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que o esclarecimento que pretendia fazer, tinha sido feito pelo Sr. Artur Rêgo, ou seja, a etiquetagem mencionada na Recomendação não se trata de uma etiquetagem global.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse considerar a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, como excelente, uma vez que envolve toda a comunidade. Sugeriu o envolvimento dos jovens neste processo de catalogação.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 140/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Ao longo da história da Cidade de



Fl. 144v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Lagos, a água tem tido um papel particularmente importante, pela sua génese com o aqueduto e as bicas urbanas medievais e as casinhas de água da primeira rede de abastecimento público. Convém ter sempre presente que água, cujo Dia Mundial se celebrou no passado dia 22 de Março, é um recurso estratégico finito que, além de essencial para manter a vida no planeta Terra, permite sustentar a biodiversidade, a produção de alimentos, de ser o suporte de todos os ciclos naturais, tem uma extrema importância ecológica, económica e social. Segundo o IPMA, o território português está em seca meteorológica, registando em 31 de Outubro de 2019, conforme mapa e quadro anexos, 17,5% em seca fraca, 33,5% em seca moderada, 31,9% em seca severa e 4,3% em seca extrema, como resultado da escassa ou mesmo nula precipitação e o facto de haver algumas albufeiras, em particular no sul do País, com níveis de água baixos para esta altura do ano. Em 4 de outubro de 2019 o volume útil de água das Barragens que abastecem o Algarve era: Odelouca 22,51%, Odeleite 27,13% e Beliche 23,34%. De salientar que o Algarve se encontra nos mais graves níveis de seca, o Barlavento em seca severa e extrema e o Sotavento em seca extrema, o que exige de todas medidas urgentes no uso da água para evitar gravíssimos riscos para a vida e a economia da região. O Concelho de Lagos regista um enorme desperdício no uso de água devido a formas irresponsáveis de consumo e à antiguidade da sua rede de distribuição, bastando referir que este ano só no período de Junho a Agosto foram reparadas 44 ruturas e detetadas 28 fugas invisíveis na rede geral. Considerando que o problema da escassez de água se tem feito sentir no território nacional nos últimos anos, traduzida em casos de seca extrema que, como se verifica no mapa anexo, já abrange Lagos, num contexto de alarmantes alterações climáticas. Basta dizer que, segundo declarações recentes de responsáveis das Águas do Algarve, a manter-se esta situação de seca, as reservas de água nas barragens do Algarve só cobrem o período até ao final de 2019. Esta situação, já a caminho de atingir foros de dramática para a vida de todos os sectores sociais e económicos do Concelho, exige da parte de todos a consciencialização da gravidade do problema, que reclama a participação de toda a população residente e visitante com o abandono de hábitos despreocupados como na rega de jardins e campos de golf e enchimento de piscinas. Da parte dos órgãos das autarquias locais, além de idênticos procedimentos e de urgentes medidas muito eficazes de informação e mobilização da população, uma muito mais rigorosa gestão integrada e sustentável deste recurso natural. Considerando que se continua a observar que diversos jardins e espaços verdes são regados em horas de maior calor e que a lavagem de ruas é efetuada recorrendo à água potável. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 25 de novembro de 2019 delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: 1. organize um Programa Integrado de Gestão Sustentável da Água, envolvendo a população e os diversos agentes, com vista a promover o aproveitamento, para rega e lavagem, de águas residuais tratadas provenientes da ETAR, da captação de águas subterrâneas de forma sustentável e da água da chuva. 2. reforce, com carácter de permanência, medidas de controlo, racionalização e gestão integrada da água no Concelho; 3. incremente a construção de redes separativas de águas e saneamento; 4. reforce a



curto prazo medidas progressivas de rega eficiente na poupança de água, como por exemplo, sistemas de rega gota-a-gota, nebulização, micra aspersão, que permitam uma melhor calendarização e temporização, controlando os picos de consumo e as condições climáticas mais adequadas à rega. 5. generalize a instalação de torneiras ou outros mecanismos que permitam controlar a saída do caudal de água nos serviços do Município e em bebedouros públicos, evitando-se desperdícios de água potável. 6. insista numa maior divulgação de campanhas eficazes de sensibilização e alerta da população, chamando a atenção para a urgência de uma efetiva poupança da água, tendo em vista uma alteração sustentada dos hábitos de uso e consumo de água no Concelho de Lagos. 7. estude, desde já, a introdução de penalizações para os consumos excessivos e supérfluos no uso da água potável. Mais delibera ainda enviar a presente deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o programa de gestão sustentável da água apoia-se em dois pilares principais: eficiência do uso de água e preparação para o uso de fontes alternativas de abastecimento público ou para água de segunda categoria para regas. Referiu que a preparação para o uso da água tratada da ETAR foi iniciada com o sistema de ligação da ETAR a um reservatório já construído na Falfeira, que terá que ser complementado com um sistema de tratamento que assegure a qualidade da água para uso público em regas ou lavagem de arruamentos. Disse que para a utilização de água de captação subterrânea foi assegurado o espaço para a construção de um reservatório para a Meia Praia e foram já construídos troços de rede de rega acompanhando as novas vias do plano de urbanização da Meia Praia construídas. Referiu que as coisas estão a ser feitas, e bem, pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do CDS na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Na sequência da intervenção do Sr. Paulo Toste, disse que assim sendo só se tem que congratular e esperar, para o caso da Recomendação em apreciação, for aprovada, que a Câmara Municipal venha a dar conta de todas as medidas que está a desenvolver e das que tenciona desenvolver no futuro. Referiu que o facto de a Câmara Municipal estar a trabalhar no assunto, não impede a Assembleia Municipal de demonstrar a sua preocupação relativamente ao assunto em apreço e de fazer as propostas e recomendações que os Deputados Municipais entenderem.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento em causa, tinha sido elaborado antes das intervenções dos senhores Ministros do Ambiente e da Agricultura, onde estes anunciaram que brevemente iriam começar a reunir com os Presidentes das Câmaras Municipais do sul. Referiu que nem tudo está a ser feito, porque as pessoas não têm a noção de que se está a passar por um problema muito grave, sendo que é tempo de agir com rapidez, uma vez que todo o litoral algarvio, com a exceção dos Concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, estava a passar por uma situação de seca severa. Referiu que as medidas apontadas pelo Sr. Paulo Toste, já são faladas há mais de vinte anos.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que o assunto da água está na ordem do dia e é um assunto muito pertinente, pelo que anunciou o voto a favor na



Fl. 145v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, por parte do Grupo Municipal LCF. Referiu que a Região atravessa um período de seca severa, não se perspetivando nada de bom para os próximos tempos, no entanto algo é possível fazer-se para mitigar o problema. Disse que é possível que a Autarquia tenha desenvolvido estratégias, em conjunto com a AMAL, em relação ao assunto, mas não existe informação concreta. Afirmou que a água é um bem cada vez mais escasso e por isso há que haver e há que ser promovido, um consumo racional deste bem tão importante.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que foi preparada a renovação e melhoria do sistema de telegestão dos reservatórios de abastecimento de água, assim como a campanha de substituição de contadores, a iniciar com uma zona de monitorização e controlo. Referiu que no Município de Lagos não são aceites novas redes de água residuais que sejam unitárias. Disse que tem vindo a ser desenvolvido um conjunto de ações de maior eficiência no uso da água nos sistemas de rega, alterando e modernizando os sistemas de rega instalando também a telemetria nos contadores. Referiu que os bebedouros públicos dispõem já de válvulas de pressão. Informou que no próximo ano será renovada a campanha para a poupança de água, associada à implantação da Telemetria nos contadores, na ótica do consumidor apoiando a eficiência da utilização do recurso. Terminou anunciando o voto a favor do Grupo Municipal do PS na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo como base todos os pressupostos referidos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que estas questões relacionadas com a água há muitos anos que são faladas, como a relacionada com a telegestão. Lamentou o facto da maior parte dos planos e ideias que são apresentados pelo PS na Assembleia Municipal, não passarem do papel.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que não vale a pena a Câmara Municipal avançar para campanhas de sensibilização para o uso racional da água, quando a própria Câmara Municipal não dá o exemplo, como por exemplo o elevado gasto de água verificado com a rega, pelo que colocou à consideração do Grupo Municipal da CDU o facto da Recomendação em causa fazer referência à racionalização dos espaços verdes que consomem água muito para além do necessário.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

### **DELIBERAÇÃO N.º 141/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Portugal tem um grave défice demográfico. O envelhecimento da população é positivo pelo aumento da esperança de vida, mas a queda de natalidade, sendo o nosso País um dos países da Europa com menor índice de fecundidade, abaixo do limiar que assegura a renovação das gerações, é um aspeto negativo. Estudos revelam que os portugueses em idade fértil gostariam de ter mais filhos e não os têm por falta de condições. O direito de ser pai ou ser mãe não pode depender das condições económicas e financeiras de cada um. Portanto, a criação de uma rede pública de creches gratuitas é uma opção que não





pode mais ser adiada. A sua existência será um elemento de confiança para quem pondera ter filhos e as crianças necessitam desta resposta social com qualidade. As creches devem ter como função conjugar as necessidades essenciais das crianças, com segurança aos pais e assumirem uma função pedagógica que, em complementaridade com o papel das famílias, vise o crescimento e desenvolvimento integral da criança. Esta é a visão de associar o direito à creche como um importante apoio às famílias no período em que os seus membros trabalham, mas igualmente de que a creche deve constituir um serviço educativo, com um valor intrínseco para o desenvolvimento da criança, matéria que esteve no centro da Recomendação n.º 3 de 2011 sobre a Educação dos 0 aos 3 anos por parte do Conselho Nacional de Educação. Trata-se de uma responsabilidade social ampla, que tem de assumir a universalidade própria de um serviço público efetivamente acessível a todas as crianças e famílias e entendido como um direito da criança, o que só será possível com a garantia de gratuidade. Portugal precisa de mais crianças. Para tal é preciso assegurar simultaneamente que as famílias têm condições para assumir o papel central na vida das crianças e que, tal como a Constituição da República Portuguesa consagra, a sociedade e o Estado garantem o direito das crianças ao seu desenvolvimento integral. Para a CDU, as crianças devem estar no centro da atenção da sociedade e quanto maior for o desenvolvimento integral que lhes possamos oferecer, melhores perspectivas de desenvolvimento e progresso pode ter o nosso País. Na atualidade, a valência de creche abrange as crianças dos 4 meses aos 3 anos, é da tutela da Segurança Social e é considerada resposta socioeducativa. Existem creches da rede solidária (IPSS) e privadas, bem como amas, quer da Segurança Social, quer ligadas a IPSS (caso das creches familiares). É incalculável o número de soluções informais e ilegais a que os pais se veem obrigados a recorrer. As vagas existentes, mesmo considerando todas de todos os sistemas, cobrem menos de metade das necessidades. Além da dificuldade em conseguir uma vaga, muitos pais, em particular nos grandes centros urbanos, não conseguem suportar os custos associados à frequência de creches privadas ou de amas, ou fazem-no com grande sacrifício. A CDU defende que as crianças e as famílias carecem urgentemente da criação duma rede pública de creches, pelo que no início de funções do novo Governo, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de Novembro de 2019, delibere: 1. Recomendar ao Governo a adoção das medidas necessárias para criar uma rede pública de creches, planeada para assegurar cobertura em todo o País, de forma a garantir creche gratuita, ou soluções equiparadas, nomeadamente amas e creches familiares, a todas as crianças desde o final da licença de parentalidade até aos 3 anos; 2. Promover as soluções transitórias que garantam, a partir de 2020, a gratuidade de frequência das crianças dos 0 aos 3 anos, privilegiando a articulação com as instituições do sector social e cooperativo; 3. Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social.”

-----Não tendo sido alvo de qualquer tipo de intervenção, passou-se à votação da Moção.-----



Fl. 146v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO N.º 142/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “Gostaríamos de fazer uma Declaração de Voto e de congratulação por esta iniciativa da CDU, dando conta, com regozijo, que não obstante o Partido Comunista Português, que é a espinha dorsal da CDU, ser um Partido que defende um modelo de sociedade comunista, o qual não nos identificamos de todo, totalitária, que ainda agora, no Parlamento Europeu, o modelo comunista foi identificado ao modelo nazi, no que significa de totalitarismo de ditadura e consequências, no entanto é com congratulação que vemos que não obstante essa postura o Partido Comunista consegue ser ao mesmo tempo um Partido extremamente conservador e defende, no que respeita à família e às crianças valores idênticos aos do CDS, aos dos Partidos Democratas Cristãos e era com este voto de regozijo que gostaríamos de terminar a nossa declaração de voto.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Vai a caminho de cem anos que foi criado o Partido Comunista Português. Muito antes de qualquer um dos que aqui estão presentes estarem, digamos, a deixar algumas acusações ao que é o Partido Comunista Português, já ele se preocupava com as crianças, com os jovens e com a criação da democracia em Portugal e portanto não recebemos lições de ninguém, em relação àquilo que são os direitos das crianças e das populações.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “É uma evidência incontornável que a introdução de portagens na Via do Infante, há quase oito anos, foi uma medida profundamente lesiva dos interesses gerais do Algarve, da mobilidade dos cidadãos e da atividade económica da região, contribuindo para o aumento das dificuldades das empresas, para a destruição de emprego e para o agravamento da sinistralidade rodoviária. De facto, a EN 125, não é alternativa à Via do Infante. Não tem características adequadas ao tráfego interurbano, em partes significativas do seu traçado é uma autêntica artéria urbana, com inúmeras rotundas, cruzamentos, semáforos e passadeiras de peões. Ora PS, PSD e CDS têm tentado apagar as suas responsabilidades nas consequências profundamente negativas da introdução de portagens na Via do Infante. Mas os factos são indesmentíveis. Foi um Governo do PS que decidiu, em 2010, introduzir portagens em todas as concessões SCUT de norte a sul do País. Foi o Governo do PSD e CDS que, em dezembro de 2011, concretizou esta medida na Via do Infante. Foram os mesmos partidos que rejeitaram, nos últimos oito anos, todas as propostas apresentadas na Assembleia da República pelo PCP para a abolição das portagens. Quer dizer que só há portagens na Via do Infante porque essa tem sido a opção daqueles Partidos. Ora estas portagens são uma parceria público-privada destinada a preservar os avultados lucros dos privados à custa do sacrifício das populações e da economia regional. Relembramos que o recurso a uma parceria público-privada representa uma opção ruinosa para o Estado e um chorudo negócio para os concessionários privados, os



quais, sem correrem qualquer risco, beneficiam de elevadíssimas taxas de rentabilidade. Foi exatamente para arrecadar receita para o concessionário que foram introduzidas portagens na Via do Infante. A CDU rejeita essa opção e persistirá na sua luta até que o novo Governo, que agora tomou posse, proceda à abolição das portagens, em toda a extensão da Via do Infante e para todos os veículos. Aliás, nunca é demais referir que a oposição dos órgãos municipais e intermunicipais locais já em 2002 se haviam inequivocamente manifestado em oposição à introdução de portagens na Via do Infante, como demonstram documentos em anexo. Pelo exposto, os eleitos da CDU mais uma vez propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 25 de novembro de 2019 delibere:

1. Recomendar ao Governo que proceda à imediata abolição das portagens na Via do Infante, devolvendo esta importante infraestrutura rodoviária às populações e à Região.
2. Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) começou por dizer que o Grupo Municipal do CDS iria votar a favor da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, no que respeitava à abolição das portagens na Via do Infante, que sempre defendeu, inclusivamente, mesmo quando exerceu o cargo de Deputado na Assembleia da República. Disse que não podia estar mais em desacordo com o conteúdo do texto da Recomendação. Referiu que o Grupo Municipal da CDU, demagógicamente, afirma “que o recurso a uma parceria público-privada representa uma opção ruinosa para o Estado e um chorudo negócio para os concessionários privados” e lembrou que sem parcerias público-privadas não haveria a obra porque o Estado não tinha dinheiro para a fazer. Disse que grande parte da construção da Via do Infante foi financiada por fundos comunitários e por isso a Via do Infante não deve ter portagens. Em relação às parcerias público-privadas, disse que as mesmas deviam ser mencionadas relativamente à forma como são negociadas e contratadas.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU faltava fazer referência ao facto de que foi um Governo do PS, apoiado pelo PCP e BE, que manteve as portagens na Via do Infante, pelo que seria bom que isso constasse no documento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não foi o PCP e o BE que mantiveram as portagens na Via do Infante, até porque na última legislatura o PCP tinha apresentado dez projetos de resolução para abolição das portagens na Via do Infante, na Assembleia da República.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal, tem como objeto defender os interesses dos algarvios, pelo que anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS na Recomendação em causa.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se o Grupo Municipal da CDU aceitava alterar o texto da Recomendação, conforme já referido por si, em anterior intervenção.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que as receitas angariadas pelas portagens da Via do Infante, constam nos Orçamentos de Estado e na última legislatura o PCP votou sempre a favor dos mesmos.-----



Fl. 147v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que o preâmbulo da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal não iria sofrer alterações, pelo que cada Grupo Municipal votaria de acordo com a sua consciência.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que o PCP apresenta muitos documentos na Assembleia da República, mas quando chega à altura de votar os Orçamentos de Estado, onde a receita está consignada, na última legislatura, votou a favor dos mesmos.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 143/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A evolução das condições de vida das populações urbanas, tanto em cidades como em aglomerados do meio rural, determinou uma redefinição da relação do ser humano com a natureza. A arborização dos espaços urbanos, que originalmente era entendida apenas como uma recriação da natureza transportada para o meio urbano, passou a incluir funções culturais e pedagógicas, para adultos e crianças, sobre o ambiente, em simultâneo com os aspetos de fruição da sua amenidade em convívio, lazer e repouso e indo até à promoção da prática de hábitos saudáveis de exercício físico e descarga de fadiga mental e psíquica e ainda do uso de percursos de peões em alternativa a percursos na vizinhança do tráfego automóvel. As árvores em espaços urbanos, além de criar sombras e animar o ambiente construído, desempenham ainda um papel indispensável na eliminação e absorção das impurezas em suspensão no ar causadas pela combustão resultante da circulação de viaturas e contribuem para diminuição de concentrações de CO, CO2 e SO2. A situação em Lagos, em termos de arborização urbana, caracteriza-se por: 1. Inexistência de Plano Municipal de Arborização, com regulamentação que oriente as decisões dos responsáveis e a atividade dos serviços. 2. A não reposição de árvores abatidas, tapando caldeiras ou deixando vazias no passeio público. 3. Preferência sistemática por variedades de palmeiras e por espécies exóticas de rápido crescimento e envelhecimento, com secundarização de espécies autóctones ou bem-adaptadas ao clima local. 4. Ausência de enquadramento do arvoredo nos espaços urbanos e de composição paisagística nos espaços verdes. 5. Desconhecimento do valor do ensombramento natural na cultura mediterrânica. Daqui resulta a necessidade de sensibilização dos órgãos autárquicos, dos serviços, das escolas e da população em geral, para a importância da existência dum planeamento arbóreo e paisagístico e para o cuidado a ter com a apropriada escolha, aplicação e tratamento das espécies arbóreas e arbustivas utilizadas no meio urbano. Considerando que a arborização urbana constitui um elemento de grande importância para a elevação da qualidade de vida da população, seja em cidades seja em aglomerados do meio rural, pois que enriquece os espaços públicos tanto no aspeto ecológico como no estético e ainda que cumpre uma função social e cultural insubstituível; Reconhecendo que os considerandos atrás expostos, são demonstrativos de que em Lagos não tem sido dada a devida atenção



nem são conhecidos estudos sobre esta matéria tão importante para o equilíbrio ambiental e ecológico e a qualidade de vida da população. De facto, a necessidade de planear a arborização do Concelho já era sentida pela Assembleia Municipal desde há longos anos, pois que a manifestou em 1982 e em 1983 aprovou a recomendação à Câmara Municipal para, citamos, «criação dum plano de arborização do Concelho de Lagos», como se verifica na documentação em anexo. Como nada foi concretizado neste sentido, os eleitos da CDU propõem mais uma vez que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de novembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal que: 1. Elabore um Plano Municipal de Arborização Urbana, contendo o Regulamento Municipal de Proteção de Espécimes Arbóreos e Arbustivos autóctones ou bem-adaptadas ao nosso clima. 2. Elabore normas de procedimentos de manutenção, poda, abate e substituição de árvores no meio urbano. 3. Solicite colaboração para esta finalidade à Universidade do Algarve e à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve. Mais delibera dar conhecimento desta deliberação à Câmara Municipal, aos órgãos das Freguesias do Concelho e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o Plano de Arborização está a ser tratado pela Câmara Municipal. Informou que em maio tinha sido lançado o concurso para a Carta Verde, mas o mesmo tinha ficado deserto, estando o mesmo a ser revisto para ser lançado novamente, embora com nova designação – Plano de Gestão da Estrutura Verde Urbana. Disse que a Câmara Municipal está a trabalhar no assunto, estando previsto, até ao final do ano, serem plantadas no Concelho cerca de quinhentas árvores. Anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que o trabalho que a Câmara Municipal está a desenvolver nesta área tem em conta os planos nacionais do ambiente, havendo uma racionalidade relativamente às árvores a plantar pela Câmara Municipal, o que demonstra as preocupações ambientais por parte da Autarquia. Referiu que o Grupo Municipal da CDU continua a dizer à Câmara Municipal para fazer coisas que esta já está a fazer.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU teve o cuidado de apresentar, junto à Recomendação em causa, dois documentos apresentados pela APU em mil novecentos e oitenta e um, o que prova que este assunto não é apresentado pela primeira vez na Assembleia Municipal, pela CDU.---

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 144/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “As alterações climáticas são um dos maiores desafios que a Humanidade atualmente enfrenta. Todas as atividades humanas, em maior ou menor grau, dependem de serviços de ecossistemas que se encontram gravemente ameaçados pelo aumento da temperatura e pela alteração



Fl. 148v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

dos padrões de clima. Os efeitos das alterações climáticas estão a fazer-se sentir por todo o mundo, com extremos climáticos a destruir vidas, economias e localidades. Os sucessivos relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas), desde os anos 90 do século XX, já davam conta que as alterações climáticas poderiam vir a ter consequências muito sérias no século XXI e que era preciso adotar um conjunto de medidas, de âmbito nacional e regional, que responsabilizassem particularmente os países com maiores emissões de gases com efeito de estufa. Por outro lado, acaba de ser divulgado um documento científico, com origem em estudos realizados na Universidade Estadual do Oregon, dos Estados Unidos da América e subscrito por mais de 11.000 investigadores de 150 países, entre os quais se contam 220 portugueses, numa autêntica aliança global de cientistas avisando a humanidade sobre o estado atual de emergência climática no planeta Terra. Afirmam que apesar de ainda não ser tarde demais, não podemos esperar mais. Os passos de cada indivíduo podem parecer pouco, mas multiplicados por 7 mil milhões de pessoas em todo o Mundo, são uma incrível e poderosa força para a mudança de rumo. Hoje, por todo o Mundo, é cada vez mais evidente que é urgente reforçar o combate e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, sendo inegável que o clima está a mudar e é preciso que o sistema também mude, pondo fim à crise climática em que vivemos. É não só necessário concretizar as medidas que estão previstas e acordadas com esse objetivo, mas ir mais além, nomeadamente no que diz respeito à redução das emissões de gases com efeito de estufa e dos resíduos produzidos e ao aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis e sustentáveis. Há largos anos que se exige uma maior responsabilidade na tomada de decisões para minimizar os perigosos impactos das alterações climáticas e, nesse sentido, alertamos que o futuro da humanidade está em causa e exigimos mais eficiência e rapidez no combate às alterações climáticas. É importante reconhecer que estamos perante a crescente consciencialização por parte da sociedade em geral e em particular das camadas mais jovens, na urgência da implementação de medidas urgentes e estruturadas para travar o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e as políticas têm que acompanhar e assumir a mudança que se impõe. Neste contexto, daqui saudamos as ações de luta promovidas pelo movimento estudantil em defesa do ambiente. É preciso agir pelo clima. Os seres vivos e a responsabilidade social e ambiental têm que estar acima do mero lucro ou de outros interesses. Se não implementarmos agora mudanças no sistema, a mercantilização e a degradação do ambiente irão continuar colocando o Planeta em risco. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 25 de novembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1 - Que, no Plano e Orçamento para 2020, aprofunde as medidas de combate e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, de forma transversal aos diversos sectores de atividade da autarquia. 2 - Desenvolva e monitorize, de forma regular e sistemática, campanhas eficazes de informação e de sensibilização sobre a necessidade de combater a crise climática. Mais delibera: a) exortar o Governo a aprofundar e acelerar as medidas nacionais para combater as alterações climáticas, nomeadamente na descarbonização do País. b) saudar os



jovens que se têm mobilizado para a defesa do ambiente, exortando-os a prosseguir a luta contra a mercantilização da natureza. Ainda: Enviar a presente deliberação ao Governo, aos Grupos Parlamentares, às Direções dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Lagos e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) anunciou o Voto a favor do Grupo Municipal do PS na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Disse que o Orçamento de 2020 inclui várias ações de mitigação do efeito das alterações climáticas: - Redução da temperatura em espaço urbano com a replantação de árvores e de espaços verdes tem sido desenvolvida de forma a não reduzir mas aumentar o número de árvores na cidade; - Subida do nível médio das águas do mar: onde foi desenvolvida uma campanha de identificação das fragilidades nos descarregadores de tempestade e no próximo ano serão desenvolvidas as obras de melhoria destes descarregadores e foi elaborado o anteprojecto de recuperação do cordão dunar da Meia Praia, candidatado ao POSEUR, que promoverá a recuperação desta defesa do avanço do mar, reduzindo o pisoteio da duna e promovendo o seu crescimento. - Proteção da população quanto à proliferação de infestantes na rede de esgotos: foi reforçada a desinfestação por meios químicos e em 2020 será desenvolvido um programa auxiliar de controlo por meios mecânicos; - Disponibilidade de água potável: estando em curso a remodelação dos sistemas de telecontrolo dos reservatórios de abastecimento, permitindo a interrupção do abastecimento imediato e automático quando se verificam roturas nas condutas principais e a inventariação e o programa de substituição de contadores com telemetria para os maiores consumidores que no próximo ano permitirá o controlo direto dos consumos. Estando ainda prevista a implementação de zonas de monitorização e controlo do abastecimento para deteção de fugas nas redes. Esta ação irá estender-se ao longo dos anos a vários pontos da rede, associada a uma sala de controlo do sistema de abastecimento em tempo real; - Redução de emissão de CO<sub>2</sub>: com a redução de CO<sub>2</sub> na área da mobilidade tem vindo a ser implementada aumentando o número de utilizadores de transportes públicos, consequentemente reduzindo o uso de veículo particular que já se verifica na adesão ao serviço de Transportes Urbanos de Lagos “A Onda” em relação ao ano anterior, estando também em curso o projeto de execução de ciclovias interligando as Escolas, a Ecovia do Litoral e a promoção da mobilidade suave dos percursos pedonais, iniciada na Ponta da Piedade, a expandir para a 2.<sup>a</sup> fase da Ponta da Piedade, Meia Praia e acesso à Praia da Luz e o parque automóvel municipal tem sido renovado com o cuidado de adquirir viaturas mais amigas do ambiente, algumas elétricas, abatendo as viaturas antigas mais poluentes. Na eficiência energética da iluminação pública foi iniciado o processo de substituição por equipamentos mais eficientes salvaguardando o bem-estar e o conforto visual. Nos edifícios municipais está também em curso a campanha de substituição de equipamentos com maior eficiência. Referiu ainda que a estrutura da Câmara Municipal está a ser reforçada com meios humanos para de uma forma permanente sejam promovidas as medidas de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente sensibilizando a população para as condutas a adotar para superar a evolução do clima. Disse que mais uma vez o Grupo Municipal da CDU apresenta um



Fl. 149v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

documento que vai ao reboque do que a Câmara Municipal está a fazer.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o presente documento tinha sido elaborada no princípio de outubro e apresentado no Debate sobre o estado do Município e foi atualizado com dados novos que, entretanto, apareceram, pelo que não se verifica nenhum reboque.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 145/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal LCF: “O Movimento LCF, reconhece a importância do Desporto no desenvolvimento do indivíduo, e consequentemente, da sociedade, no sentido de fomentar índices de saúde física e mental elevados quer ao nível da formação, quer ao nível da competição. Dado que existe um forte investimento público neste sector da vida da nossa comunidade, considera-se que existe também o dever de promover a divulgação e o reconhecimento dos resultados de mérito desportivo, contribuindo para fomentar a melhoria da prestação desportiva dos atletas lacobrigenses. Assim, considerando que: 1 - Este evento já está previsto nos programas eleitorais das forças políticas locais; 2 - O envolvimento no contexto desportivo e os efeitos na área do desporto devem ser reconhecidos publicamente pela sociedade Lacobrigense de modo a contribuir para o incremento desportivo e, consequentemente, potenciar o relacionamento interpessoal, o capital social, o desenvolvimento pessoal e comunitário, a inclusão social e os hábitos e estilos de vida saudáveis; 3 - O evento visa premiar todos aqueles que ao longo do ano anterior tiveram um papel preponderante no Desporto e no Movimento Associativo do Concelho da Lagos, destacando-se pelos resultados de mérito, dedicação e companheirismo, visando todos aqueles que, em prol de uma modalidade, de um clube, de uma cidade e inclusive do próprio país, alcançaram resultados de elevado mérito desportivo; 4 - A Gala do Desporto tem como propósito homenagear os atletas, dirigentes, educadores e formadores que estão na base de toda a atividade desportiva, contribuindo para a dignificação de todos os envolvidos e da própria Cidade. Vêm os eleitos de LCF propor que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida no dia 25 de novembro de 2019, delibere aprovar esta moção de recomendação à Câmara e dê conhecimento da deliberação à comunicação social.”-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal LCF, não estava concretizada, apesar de se subentender o que é recomendado, no entanto tal como está, parece, na sua opinião, reunir as condições para ser colocada à votação do Plenário.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) corroborou das palavras proferidas pelo Sr. Artur Rêgo. Disse que se a intenção é recomendar que seja organizada uma Gala de Desporto, em Lagos, pela Câmara Municipal, então o Grupo Municipal LCF andava muito distraído, uma vez que a Gala está implementada e vai realizar-se no dia 28 de janeiro de 2020.-----





-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que existe uma falha na redação da parte final do documento apresentado pelo Grupo Municipal LCF, pelo que a redação final da Recomendação passava a ser a seguinte “(...) delibere aprovar esta moção de recomendação da implementação da Gala do Desporto em 2020 à Câmara e dê conhecimento da deliberação à comunicação social”. Referiu que o Grupo Municipal LCF desde o início do presente mandato autárquico que reivindica a realização de uma Gala do Desporto em Lagos, sendo que a Câmara Municipal sempre disse que a mesma não seria desenvolvida sem o envolvimento dos clubes. Disse não ter tido conhecimento da realização de uma Gala do Desporto em janeiro de 2020.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que tinha sido criada uma Comissão de dinamização para a realização da Gala do Desporto, da qual fazem parte Clubes, Vereadores e técnicos da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que esta informação deveria ter chegado aos Deputados Municipais e tal não se tinha verificado.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que todos os clubes do Concelho tiveram informação sobre a constituição da Comissão anteriormente referida e o assunto foi falado em reunião da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) reafirmou a falta de informação, por parte da Assembleia Municipal, relativamente a este assunto, culpabilizando a Câmara Municipal por tal facto, uma vez que é esta que vai organizar o evento, em conjunto com clubes.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que o Grupo Municipal da CDU teve conhecimento da realização da Gala do Desporto, numa reunião da Comissão Permanente, onde marcaram presença a Sra. Presidente da Câmara Municipal, na altura, e o Sr. Vice-Presidente da Câmara, na altura, agora Presidente da Câmara Municipal, tendo esta informação sido dada pelos Membros da Câmara Municipal.--

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o Grupo Municipal LCF, anda mesmo distraído, porque para além da informação ter sido dada em reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, foi igualmente dada em reunião da Câmara Municipal, na qual participa um Vereador da LCF. Terminou dizendo que se estivesse no lugar do Grupo Municipal LCF, retirava a Recomendação.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	LCF	PSD	CDU	CDS	BE	PAN	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	3	0	0	0	0	0	<b>3</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	2	2	1	1	1	<b>7</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	15	0	0	0	0	0	0	<b>15</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 146/AM/2019:**

-----**Reprovada**, por maioria, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo



Fl. 150v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal LCF: “O Movimento LCF, reconhece a importância do Desporto no desenvolvimento do indivíduo, e consequentemente, da sociedade, no sentido de fomentar índices de saúde física e mental elevados quer ao nível da formação, quer ao nível da competição. Dado que existe um forte investimento publico neste sector da vida da nossa comunidade, considera-se que existe também o dever de promover a divulgação e o reconhecimento dos resultados de mérito desportivo, contribuindo para fomentar a melhoria da prestação desportiva dos atletas lacobrigenses. Assim, considerando que: 1 - Este evento já está previsto nos programas eleitorais das forças políticas locais; 2 - O envolvimento no contexto desportivo e os efeitos na área do desporto devem ser reconhecidos publicamente pela sociedade Lacobrigense de modo a contribuir para o incremento desportivo e, consequentemente, potenciar o relacionamento interpessoal, o capital social, o desenvolvimento pessoal e comunitário, a inclusão social e os hábitos e estilos de vida saudáveis; 3 - O evento visa premiar todos aqueles que ao longo do ano anterior tiveram um papel preponderante no Desporto e no Movimento Associativo do Concelho da Lagos, destacando-se pelos resultados de mérito, dedicação e companheirismo, visando todos aqueles que, em prol de uma modalidade, de um clube, de uma cidade e inclusive do próprio país, alcançaram resultados de elevado mérito desportivo; 4 - A Gala do Desporto tem como propósito homenagear os atletas, dirigentes, educadores e formadores que estão na base de toda a atividade desportiva, contribuindo para a dignificação de todos os envolvidos e da própria Cidade. Vêm os eleitos de LCF propor que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida no dia 25 de novembro de 2019, delibere aprovar esta moção de recomendação da implementação da Gala do Desporto em 2020 à Câmara e dê conhecimento da deliberação à comunicação social.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos): “O PS votou contra, não pela intenção ou pela necessidade de se fazer uma homenagem aos atletas, porque isso está feito, está a decorrer, mas sim porque não faz sentido hoje, Lagos com Futuro, demonstrar que vinha com uma moção para uma coisa que já está feita, portanto o voto é mais contra a distração da Lagos com Futuro.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “Nós abstivemo-nos porque já estava aprovado e já vai ser implementado.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “É reconhecido por todos os povos do mundo que a criança exige particular atenção e tratamento nas suas condições de vida, dentro do conceito mais geral do respeito pela dignidade do ser humano. Neste sentido, a primeira Declaração Internacional de Direitos da Criança, foi elaborada e adotada em Genebra pela Liga das Nações em 1924. A Organização das Nações Unidas (ONU), sucessora da Liga das Nações, adotou e expandiu o texto da Declaração, que foi ratificada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1959, data que ficou assinalada no mundo como o Dia Mundial da Criança. Posteriormente, a Declaração foi sucedida pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada pela ONU em 20 de novembro de 1989. No



passado dia 20 deste mês, comemoraram-se os 60 anos sobre a data da Declaração e o 30.º aniversário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Face à importância e significado destes documentos para as crianças e para que esta Assembleia se associe à comemoração destas datas, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 25 de novembro de 2019, delibere: 1. Saudar os aniversários da Declaração e da Convenção dos Direitos da Criança, associando-se a todas as entidades que se dediquem ao cumprimento das suas determinações e objetivos; 2. Publicar esta deliberação no sítio da Assembleia Municipal e dar conhecimento aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS concorda com a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, assim como concordavam com o dia celebrado na presente data – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Saudação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 147/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 21 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo (PS) declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 45 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 148/AM/2019:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-624-20.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) referindo-se à adjudicação da elaboração do Plano de Pormenor referente ao Rossio da Trindade, perguntou se o Clube de Futebol Esperança de Lagos ia ser compensado pelo facto de, no futuro, deixar de ter a atual fonte de receita que é o parque de campismo situado no local referido. Ainda sobre o que está idealizado para o Rossio da Trindade, perguntou se a ideia para reabilitar a zona foi da Câmara Municipal ou se a mesma partiu de algum grupo privado. Sobre a reconversão do Convento da Trindade para uma unidade hoteleira de luxo, perguntou se essa tinha sido a solução a que a Câmara Municipal tinha chegado ou se a mesma tinha sido apresentada por um grupo privado. Disse que a informação dada na Informação do Sr. Presidente à Assembleia Municipal, sobre o Plano de



Fl. 151v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Pormenor mencionado, refere que as atuais instalações dos Bombeiros Voluntários de Lagos são para ser deslocadas, no entanto nas Grandes Opções do Plano o que é referido, em relação a tais instalações, é de que as mesmas serão requalificadas, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o assunto.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) começou por destacar o saldo positivo da Câmara Municipal, as atividades culturais, ações desenvolvidas na área do empreendedorismo e do desporto. Congratulou a Câmara Municipal pela aquisição de três viaturas destinadas à limpeza urbana e pelo lançamento da fatura da água em formato digital. Destacou os resultados apresentados a nível da reciclagem bem como os milhares de documentos transitados pelo sistema de controlo de correspondência da Câmara Municipal, conhecido por “Mydoc”, o que demonstra o combate ao desperdício em papel, levado a cabo pela Câmara Municipal, considerando que tal deveria ter sido reconhecido pelo Grupo Municipal PAN, aquando da apresentação da Recomendação relativa ao uso de papel, por parte da Câmara Municipal. Felicitou a organização do Festival “Barão de São João – Walk & Art Fest”. Disse que em termos de ambiente o Concelho tem evoluído positivamente, fruto do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e da envolvimento de toda a comunidade nesses mesmos trabalhos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se a Câmara Municipal estava disponível para rever o Plano Diretor Municipal para além das alterações que decorrem da Lei, nomeadamente para criar condições para que a médio e longo prazo aumente a oferta de habitação disponível no Concelho para os jovens, para a classe média e para uma classe mais baixa. Lembrou que o preço por metro quadrado em Lagos, é o sexto mais caro do País, rondando o mesmo os dois mil e seiscentos euros.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) felicitou o apoio dado pela Câmara Municipal ao Festival “Barão de São João – Walk & Art Fest”. Sobre a obra de ampliação do cemitério de Bensafrim, perguntou se existia alguma data prevista para o arranque da mesma. Referiu ter visto com agrado o início da requalificação da estrada do Cotifo, esperando que tal requalificação seja para toda a estrada. Perguntou se estava prevista alguma requalificação para o caminho de Vale de Asnos, em Bensafrim e alguma intervenção para o parque desportivo de Barão de São João. Sobre a água, e mais concretamente ao acesso à mesma, disse que algumas localidades do Concelho de Lagos, ainda não têm acesso à mesma como são os exemplos do Colégio e da Pedragosa.-----

-----A Sra. Margarida Maurício (PAN) disse que a Câmara Municipal tem o “Mydoc”, mas tal aplicação está a ser mal explorada, uma vez que continua a ser necessário fazer cópias de documentos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou quanto tempo será necessário para ser tomada uma decisão final relativamente aos Bombeiros Voluntários de Lagos e ao destino a dar ao terreno onde funcionou a Escola EB 2, 3 n.º 1 de Lagos. Sobre as obras relacionadas com o Museu, perguntou se os prazos estavam a ser cumpridos e quais os prazos relacionados com a obra a decorrer nas antigas instalações da PSP, a nível de arqueologia. Relativamente ao Plano do Turismo,



referido na Informação, perguntou se o mesmo se refere à revisão do plano existente ou se é a elaboração de um novo plano e se igual procedimento irá ser feito em relação ao Plano do Ambiente, uma vez que estes dois Planos saíram do Plano Estratégico de Lagos. Relativamente à informação dada sobre a deslocalização dos vendedores do Mercado do Levante para o antigo pavilhão das Artes da Escola Secundária Júlio Dantas, enquanto decorrem obras no Mercado do Levante, perguntou se não existia outra solução e se tinha sido equacionada a utilização das antigas instalações do pavilhão da Escola EB 2, 3 n.º 1 de Lagos. Ainda sobre o pavilhão das Artes, perguntou se depois desta utilização já existe destino a dar ao mesmo.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que muitas pessoas estão à espera da aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Privado, para dar um novo rumo às suas vidas. Realçou a instalação de painéis interativos nas salas das escolas do 1.º Ciclo, assim como o investimento feito pela Autarquia a nível de recolha de resíduos sólidos e urbanos. Disse que o saldo positivo, das contas da Câmara Municipal, permite que esta faça mais e melhor, sendo que o grande problema que se verifica é dos concursos lançados ficarem desertos, sendo esses fator preocupante, nomeadamente quando estão em causa grandes obras como a requalificação das estradas da Meia praia e da Luz, a construção da escola da Luz, o Balneário Romano da Praia da Luz e a 2.ª fase da recuperação do Bairro 25 de Abril, na Meia Praia.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) perguntou se o novo concurso para a obra do Balneário Romano, na Praia da Luz, já tinha concorrentes e se estava previsto recuperar os passeios para a Praia da Luz.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o Plano de Pormenor para a zona da Trindade, está a ser feito com base no Plano Geral de Urbanização e envolve o parque desportivo e a escola Primária junto aos Bombeiros, as instalações dos Bombeiros Voluntários de Lagos, o Convento da Trindade e a área ocupada pelo Esperança de Lagos. Referiu que o Convento da Trindade é de um privado e o mesmo já anunciou a intenção de o transformar num hotel de cinco estrelas. Em relação às instalações dos Bombeiros Voluntários, disse que para já, não estava equacionada a realocação das mesmas. Referiu que já existiram conversas entre a Câmara Municipal e o Esperança de Lagos, havendo a garantia que o Clube nunca será penalizado. Em relação às viaturas adquiridas pela Câmara Municipal para a limpeza, disse que foram adquiridas três, mas a intenção era adquirir mais, só que os concursos ficaram desertos. Sobre as questões ambientais e os prémios ganhos pelo Município nesse âmbito, disse que os mesmos se devem ao trabalho de todos, Autarquia e Municípes. Disse que o Festival “Barão de São João – Walk & Art Fest” tinha sido um sucesso, estando já marcada a edição para 2020. Sobre as alterações ao PDM disse que a prioridade é fazer as alterações prevista pela Lei, para que o mesmo continue em vigor e só depois fazer-se, com tempo, outras alterações. Disse que as obras de ampliação do cemitério de Bensafrim estão previstas arrancar ainda em 2019 ou no princípio de 2020. Referiu que a estrada das Colinas Verdes está a ser intervencionada, em parte, e será



Fl. 152v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

intervencionada na sua totalidade logo que possível. Sobre a estada do Vale dos Asnos, informou que o projeto estava a ser feito. Sobre os polidesportivos ao ar livre, disse que tinha sido feito um levantamento dos existentes no Concelho, e que as intervenções nos mesmos ia ser feita por várias fase, estando previsto intervir no de Barão de São João na segunda fase. Relativamente aos ramais de águas para locais que ainda não são servidos pela rede, disse que tinha sido apresentada uma candidatura a fundos europeus para concretizar tal anseio. Disse que o destino a dar ao terreno onde funcionou a escola EB 2, 3 n.º1 de Lagos, ainda estava a ser estudado, no entanto podia vir a ser construída uma nova escola no local, dado haver indicação por parte da Carta Escolar, da necessidade de ser construída uma nova escola EB 2, 3, em Lagos, no entanto se for possível ampliar as escolas EB 2, 3, existentes no Concelho, (Naus e Tecnopolis), tal nova escola já não carece de ser construída. Sobre a obra de reabilitação do Museu, informou que a mesma está praticamente terminada, estando o projeto de ampliação para a arqueologia na sua fase final. Disse que está a ser feito um novo Plano do Turismo e que irá ser feito um Plano do Ambiente, mas com uma outra designação. Referiu que o Plano Estratégico de Lagos, era uma boa enciclopédia, mas nunca passou disso. Sobre as obras do Mercado do Levante e o espaço onde irá funcionar, provisoriamente o Mercado, disse que tinham sido equacionadas outras localizações para albergar as pessoas, enquanto o Mercado do Levante, estiver a ser intervencionado, mas nunca o Pavilhão da antiga escola EB 2,3 n.º 1 de Lagos, porque não havia acessos ao mesmo, nem as estruturas têm condições para tal. Ainda sobre este pavilhão disse que o futuro do mesmo depende do que for construído no terreno, ou seja, se for construída uma escola, será construído um novo pavilhão no lugar do existente, se não for construída a escola o mesmo irá ser demolido. Informou que finalmente a Câmara Municipal tinha conseguido adquirir os terrenos da CHESGAL para serem construídos blocos de apartamentos municipais. Sobre os concursos que ficaram desertos disse que os mesmos estão a ser reformulados para voltarem a ser apresentados. Sobre os passeios de acesso à Praia da Luz, disse que está a ser estudada uma solução para os mesmos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que uma das Comissões da Assembleia Municipal tinha reunido com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas, existentes no Concelho e que tinha sido colocada a questão relativamente ao número de salas que seriam precisas fazer em cada escola EB 2, 3, para que não fosse necessário construir uma nova escola, ao que o Diretor do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas respondeu que seriam necessárias mais cinco salas na Escola Tecnopolis, mas em relação ao Agrupamento de Escolas Gil Eanes, não tinha sido dada resposta.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou sobre o ponto de situação relativamente à empreitada relacionada com o saneamento na zona de São Sebastião, uma vez que o empreiteiro abandonou a obra. Questionou sobre a abertura da Câmara Municipal em colaborar com a Comissão da Assembleia Municipal que trata dos Planos elaborados pela Câmara Municipal, no sentido desta Comissão fazer o acompanhamento dos mesmos, nas suas diferente fases. Sobre a



revisão do Plano Diretor Municipal, disse que a mesma tem que tomar em consideração, obrigatoriamente por Lei, os Planos de âmbito nacional e a situação dos terrenos expectantes que passam a ser ou rurais ou urbanos, sendo que o que o Sr. Rui Araújo tinha questionado, veio no seguimento da última reunião da Comissão da Assembleia Municipal, que tem o acompanhamento dos planos no seu objeto, e que está relacionado com a situação de quando a Câmara Municipal necessita de terrenos para construção de equipamentos públicos e não os tem, o que a obriga a adquirir terrenos para o efeito, pelo que devia ser aproveitada a oportunidade para equacionar tal situação nesta revisão ao Plano Diretor Municipal de Lagos. Perguntou se a Câmara equaciona, ou não, elaborar um Regulamento para o alojamento local.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, sobre a empreitada de saneamento para a zona de São Sebastião, disse que o empreiteiro inicial não cumpriu com o contrato e foi afastado, estando o processo a ser revisto. Mostrou toda a disponibilidade para colaborar com a Comissão da Assembleia Municipal que tem o acompanhamento dos Planos a seu cargo. Sobre o alojamento local disse que a Câmara Municipal tem estado a analisar o assunto, mas ainda não tinha chegado a uma conclusão relativamente ao trabalho a desenvolver sobre ao assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que em Lagos não está a ser registada a situação de devolução de alojamento local para o mercado do arrendamento, ao contrário do que já se verifica noutros concelhos do Algarve.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 26 de novembro de 2019, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, eram 23 horas e 51 minutos, tendo declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....  
.....